

ARTIGO

SEMPRE A IMPUNIDADE

Ignacio Cano

O novo relatório de Anistia Internacional reconhece alguns avanços no país, mas volta a apontar os mesmos problemas recorrentes que podem ser encontrados a cada ano. No Brasil, as violações aos direitos humanos mais básicos conformam um quadro alarmante. Entre elas, podemos mencionar o amplo uso da tortura como método de "investigação" e de controle da população prisional, o uso excessivo da força por parte da polícia que culmina na existência de execuções sumárias, e a incapacidade do sistema de Justiça Criminal para punir os abusos dos agentes do Estado.

O último desses três elementos, a impunidade, constitui-se em alavanca para reforçar os anteriores. Como o sistema não consegue castigar os autores de torturas e execuções sumárias, elas continuam acontecendo. Se já é difícil conseguir a punição de um criminoso qualquer, a dos membros do Estado oferece dificuldades adicionais vinculadas ao corporativismo das organizações e ao conhecimento que os agentes possuem dos mecanismos do sistema.

O Brasil está descobrindo que não basta ter governantes que abominem a tortura ou as execuções para que elas cessem. Obviamente, o cenário é pior no caso de ter autoridades truculentas que incentivam a morte dos "bandidos" e a "dureza" irracional contra o crime. Mas não basta a boa vontade para reverter um quadro que nos acompanha há muito tempo. É preciso desenhar e implementar políticas específicas para prevenir essas violações.

Uma primeira abordagem exige uma pedagogia dos direitos humanos, com campanhas dirigidas à população para explicar o que são direitos humanos e desterrar de uma vez a noção absurda que diz que "direitos humanos são os direitos dos bandidos". É necessária atitude mais combativa dos responsáveis da área de direitos humanos no nível federal contra as autoridades municipais ou estaduais que manifestam, volta e meia, atitudes incompatíveis com os direitos humanos.

Desde o ponto de vista da prevenção, é imperativo que haja mudanças nos processos de seleção e na formação dos agentes públicos. No entanto, a curto prazo é fundamental melhorar os mecanismos de fiscalização. O papel do Ministério Público, cuja omissão nesses casos é muitas vezes uma das chaves da impunidade, é crucial e deve ser estimulado.

Afortunadamente, o poder público federal vem mudando nos últimos tempos sua atitude perante esses relatórios, assumindo-os. Mas é preciso ir muito além. A batalha para tirar o Brasil um dia desses lúgubres relatórios está apenas começando.

IGNACIO CANO É PROFESSOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO